

5 JUN 1995

"Quid pro quotas" ESTADO DE SÃO PAULO

Primero, vieram as cotas de importação na Zona Franca de Manaus. Agora, para automóveis importados. Com o caminho aberto, provavelmente virão mais cotas sobre não-sei-mais-o-quê. O vazamento de uma versão anterior da medida provisória que veio a instituir as cotas de automóveis, juntamente com a presença de divergências na equipe econômica sobre o assunto, gerou um quiproquô dentro do governo. Além de refletir essa confusão, o uso das cotas parece

também um quiproquô num outro sentido, de uma coisa pela outra. Ou melhor, pela ausência de outra.

A outra coisa seria a desvalorização cambial que o governo reluta em provocar e seria um instrumento mais adequado para combater o desequilíbrio da balança comercial, juntamente com a contenção da demanda global da economia e que amplia as importações para uma dada taxa cambial. Essa contenção, por sua vez, idealmente deveria ser feita contendo a demanda do próprio



Engessada a economia do jeito que está, vai andar mal, doer muito

inflationários, e não consegue reduzir os seus gastos, acaba caindo em soluções de segunda ou terceira escolha, já tendo usado também as tarifas e, ainda, juros ultra-elevados, para atrair dinheiro de fora com o objetivo de tapar o buraco aberto nas contas externas. É bom que fique clara a natureza dessas escolhas, para que não permaneça a impressão de que o Real está andando pelo melhor dos caminhos. Ao contrário, aqueles pelos quais vêm enveredando são dos mais arriscados.

governo, via restrição dos seus gastos, mas ele não consegue fazer isso e, ao contrário, vem aumentando suas despesas, apesar do forte aumento da receita. Aliás, no final do governo Collor, a receita era curta, e dizer que o governo só gastava o que arrecadava era sinônimo de austeridade. Depois disso, a receita aumentou muito e austeridade mesmo teria sido gastar menos que o arrecadado, mas isso não ocorreu.

Como o governo quer evitar a desvalorização, com medo de seus efeitos

A desvalorização cambial teria a vantagem de atingir indistintamente todos os envolvidos no mercado de divisas estrangeiras: importadores e exportadores de bens e serviços e agentes financeiros. Por isso é considerada uma medida de grande neutralidade, no sentido de minimizar as distorções decorrentes. As tarifas de importação, por sua vez, afetam o preço deste ou daquele produto e geram distorções, porque sem razões convincentes determinados setores produtivos ficam mais protegidos do que outros. Já as cotas sobre produtos finais causam distorções ainda mais claras, pois colocam quem recebe as cotas em situação privilegiada. Cotas de importação de insumos, como as da Zona Franca de Manaus, além de também gerarem privilégios como tais, prejudicam a produção e não necessariamente corrigem o desequilíbrio, pois podem estimular a importação de produtos finais. De qualquer forma, tarifas e cotas são mais defensáveis quando a taxa de câmbio está no lugar.

Para mostrar a essência das distorções que elas trazem, juntamente com a taxa de câmbio defasada, podemos raciocinar da seguinte forma: suponhamos que essas tarifas e cotas consigam reequilibrar ou tornar novamente positiva a balança comercial. Ou seja, elas

alçariam os resultados desejados pelo governo. Estaríamos numa situação boa ou desejável? Longe disso. Continuaríamos com o câmbio defasado, prejudicando exportadores e favorecendo importadores, setores ultraprotetidos por tarifas, alguns beneficiados e outros prejudicados por cotas. Com tantas distorções, a situação poderia ser comparada à do engessamento de um atropelado ainda com os ossos fora do lugar.

Em algum momento essa situação vai exigir correção, pois a economia não funcionará bem com todas essas distorções. Sabendo disso, o governo acena com as reformas constitucionais, com um futuro ajuste fiscal e outros que tais. Voltando à comparação, haveria então condições de realizar uma cirurgia para colocar as coisas no devido lugar.

É uma estratégia de alto risco, de complicar agora para consertar depois. Engessada a economia do jeito que está, vai andar mal, doer muito, a gritaria será geral e é difícil acreditar que o governo vá alcançar uma situação ideal para só então corrigir as coisas. Por isso mesmo, melhor seria consertar agora para não complicar depois.

■ **Roberto Macedo, economista, é pesquisador da Fipe**